

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Camila Silva de Freitas

**NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: A INFLUÊNCIA DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL NAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SUBJETIVIDADE**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio da Silva Peixoto.

Juiz de Fora
2016

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: A INFLUÊNCIA DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SUBJETIVIDADE

NEOLIBERALISM AND EDUCATION: THE IMPACT OF NEOLIBERAL IDEOLOGY IN BRAZILIAN UNIVERSITIES AND THE CONSTRUCTION OF A NEW SUBJECTIVITY

Camila Silva de Freitas¹

RESUMO

Este artigo tem como proposta expor a influência das medidas neoliberais nas universidades federais brasileiras, a forma com que esses princípios são implementados nas Universidades e a formação de uma nova subjetividade que torna essas medidas aceitáveis pela sociedade. Através de um breve histórico do avanço da teoria neoliberal no mundo, e de suas críticas ao Estado de Bem-Estar Europeu são definidos seus princípios e suas contradições. Em seguida são expostos os processos de implementação das medidas neoliberais na América Latina e no Brasil, e os processos políticos que envolveram essas implementações. A partir dessa contextualização histórica é realizada uma análise da educação no Brasil e do processo de criação e expansão do ensino superior público. Por fim, os processos históricos de construção da Universidade Brasileira estão relacionados à implementação de medidas econômicas neoliberais que se deram a partir dos anos 1990, a sua influência na definição dos objetivos da universidade e na construção de uma subjetividade adequada à lógica de mercado.

ABSTRACT

This paper aims to expose the influence of neoliberal policies in the Brazilian federal universities, how its principles are implemented in universities, and the formation of a new subjectivity that makes such policies acceptable to society. Through a brief history of Neoliberal theory advancements in the world and its criticism of European Welfare States its principles and its contradictions are set out. Then the paper sets out the implementation processes of neoliberal policies in Latin America and Brazil, and political processes surrounding these implementations. From this historical positioning an analysis is made of education in Brazil and the creation and expansion of public higher education system. Finally the historical processes of construction of the Brazilian University are related to implementation of neoliberal economic policies that occurred in the 1980s, their influence in defining the goals of the University and the construction of a new subjective perception in society.

1- INTRODUÇÃO

Com o slogan “Brasil, Pátria Educadora”, o governo brasileiro iniciou o ano de 2015 propondo reformas na educação. O slogan que tem como objetivo colocar a educação e a formação de cidadãos como prioridade veio em resposta às manifestações de 2013 no país e foi duramente criticado por diversos setores envolvidos com a Educação. No ano de 2016 (um ano após o lançamento do slogan) um balanço sobre os resultados até então obtidos mostram cortes nos investimentos em todos os níveis da educação, e “reestruturações” nas Instituições existentes com diminuição de vagas e fechamento de escolas. Essas medidas (contraditórias ao objetivo do slogan), teriam o objetivo de melhorar a qualidade da educação brasileira e tornar o país mais competitivo internacionalmente.

Qualidade e competitividade, palavras cada vez mais comuns no discurso político e nos serviços públicos são capazes de explicar essa contradição se analisadas através da ideologia econômica vigente: o neoliberalismo. Os termos neoliberais, antes restritos à área econômica, têm se tornado cada vez mais presentes e o projeto de “Pátria Educadora” cada vez mais imposto sem um debate profundo e democrático com a sociedade.

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

As universidades brasileiras, consideradas o estágio educacional com mais influência na competitividade internacional acima dos ensinos fundamental e médio, nos últimos dez anos passou por processos de expansão e aumento no número de vagas. Entretanto, essa expansão se deu tendo como finalidade satisfazer aos princípios neoliberais de competitividade e qualidade.

Para compreender como o neoliberalismo tem influenciado as universidades brasileiras, faz-se necessário inicialmente: traçar seu histórico, expor suas ideias principais e expor as diferenças teóricas e práticas entre o liberalismo e o neoliberalismo. Em seguida, observaremos como o neoliberalismo se tornou presente na América Latina e no Brasil e como os processos econômicos e políticos têm sido definidos por essa ideologia. Após esse breve histórico, analisaremos a ideologia neoliberal dentro das universidades brasileiras, o significado de termos como qualidade e competência nessa configuração, a definição do papel da universidade para o país, suas implicações para a produção de conhecimento e a imposição de uma subjetividade adaptada à lógica mercantil.

2- NEOLIBERALISMO: HISTÓRIA E PRINCÍPIOS

Mundialmente, o neoliberalismo tornou-se de fato conhecido durante o governo de Margareth Thatcher na Inglaterra (1979) e Reagan nos Estados Unidos (1980), porém, ao buscarmos sua história podemos compreender que sua fundamentação teórica e sua primeira experiência datam de anos antes. A primeira experiência neoliberal ocorreu no Chile em 1973, e foi gerida por economistas norte-americanos provenientes da Universidade de Chicago, os chamados “Chicago boys”. Esses estudantes eram alunos de Milton Friedman, um dos principais teóricos e defensores do neoliberalismo e impuseram as diretrizes neoliberais como forma de reestruturar a economia chilena (ANDERSON, 1995).

Apesar de as medidas políticas e econômicas neoliberais datarem inicialmente dos anos 70, a teoria neoliberal surge em 1944 com o livro de Friedrich Hayek “O caminho da servidão”. Este livro, considerado posteriormente como manifesto neoliberal, faz uma crítica a toda intervenção estatal identificando-a com o totalitarismo. Em certos aspectos, a defesa de menos intervenção estatal fazia sentido em um mundo recém-saído de experiências totalitárias. Os valores defendidos por Hayek como a liberdade e a dignidade humana, são justos e foram extremamente ameaçados diante desse contexto. No “Balanço do Neoliberalismo”, Perry Anderson cita Hayek que, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra ataca o Partido Trabalhista inglês dizendo que “apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna”. (HAYEK apud ANDERSON , 1995, p.9)

No ano de 1947, o Estado de Bem-Estar Europeu se consolidava com o Estado intervencionista, valorizando sindicatos e serviços públicos. O partido trabalhista inglês ganhara, contradizendo as teorias de Hayek. No mesmo ano, Hayek juntando-se a outros que compartilhavam de suas ideias, reuniram-se em Mont Pèlerin, na Suíça. O grupo, denominado Sociedade de Mont Pèlerin do qual faziam parte Milton Friedman, Karl Popper, Ludwig Von Mises, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros nomes, se posicionava contra o Estado de bem-estar europeu e o New Deal norte-americano. Ambas as propostas tinham como princípio um forte intervencionismo estatal como forma de reestruturar e equilibrar a economia o que para Hayek se constituía em um problema. Portanto, o neoliberalismo seria “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”. (ANDERSON, 1995, p. 9). Essas críticas ao intervencionismo estatal se deram justamente no período em que o capitalismo apresentou os índices de crescimento mais altos da história (entre os anos 50 e 60), mantendo as teorias neoliberais apenas como ideias por 30 anos e contradizendo as teorias de Hayek e Friedman

Apesar de ter se mantido estável dos anos 1940 aos anos 1970, os sistemas de bem-estar e a economia americana começaram a apresentar problemas. O sistema fordista de produção baseado na produção em massa e que necessita das políticas keynesianas de macroeconomia para alcançar o equilíbrio entrava em crise. Sindicatos bem estruturados pressionando as empresas por bons salários, eram acusados de diminuir os lucros empresariais, causando um grande custo a produção. Nos Estados Unidos,

O sistema de taxas de câmbio fixas DCE Bretton woods baseado em reservas de ouro tinha se mostrado ineficaz. A porosidade das fronteiras dos Estados em relação aos fluxos de capital pressionava o sistema de taxas de câmbio fixas. Os dólares dos Estados Unidos tinham inundado o mundo e escapado ao controle daquele país, sendo depositados em bancos europeus. As taxas de câmbio fixas foram abandonadas por causa disso em 1971. (HARVEY, 2008, p. 22)

A economia capitalista entrava em mais uma crise, e o intervencionismo estatal visto como o culpado. Esses acontecimentos econômicos atingiram seu ápice em 1973 com a guerra árabe-israelense e o embargo do Petróleo pela OPEP. A partir daí as ideias neoliberais começaram a ser consideradas como uma nova solução para recuperação da crise em que o sistema capitalista entrara.

Apesar de seu desenvolvimento teórico e de sua aplicação em alguns países, a teoria neoliberal só veio a se consolidar como ortodoxia com o chamado “Consenso de Washington” em 1989. O Consenso de Washington foi um encontro convocado pelo Institute for International Economics, e reuniu funcionários do governo norte americano, do FMI, do BancoMundial, do BID e de economistas latino americanos. Sob o título: “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?”, o encontro tinha como objetivo analisar as reformas empreendidas nos países Latino Americanos, com exceção de Brasil e Peru - onde as reformas ainda não haviam sido aplicadas. Apesar de seu caráter inicialmente acadêmico, esse encontro gerou um conjunto de medidas básicas que se transformaram em um receituário para concessão de créditos e são: 1-Disciplina fiscal; 2-Redução dos gastos públicos; 3- Reforma fiscal e tributária; 4- Abertura comercial e econômica dos países; 5-Taxa de câmbio de mercado competitivo; 6-Liberalização do comércio exterior; 7-Investimento estrangeiro direto, eliminando as restrições; 8-Privatização, com a venda das estatais; 9-Desregulamentação, com o afrouxamento das leis de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; 10-Direito à propriedade intelectual.

O neoliberalismo diferencia-se do liberalismo clássico principalmente por sua relação com o Estado. No liberalismo clássico a intervenção do Estado é considerada totalmente desnecessária, o Estado deve dar liberdade ao povo intervindo somente para preservar os direitos à propriedade e à vida. Já no neoliberalismo:

[...] o papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se além dessas tarefas. (HARVEY, 2008, p. 13).

Portanto, no neoliberalismo o Estado pode intervir na proteção dos mercados, da propriedade privada e no fortalecimento de direitos individuais, assim como na criação de espaços onde possam ser mercantilizados os serviços e os bens provenientes da natureza. A “mão invisível” do mercado, agiria sempre com a proteção do Estado, seja como criador de leis que regulamentam seus interesses ou como detentor do monopólio dos meios de violência aplicando-a para preservar seus interesses.

Na prática, o mercado livre nunca foi vivenciado como defendido na teoria liberal. Em todas as crises do sistema capitalista o Estado intervém de forma a salvar a economia. Também há intervenção estatal em subsídios para agricultura como forma de garantir a competitividade internacionalmente.

A relação com as questões sociais também diferencia as duas teorias. O neoliberalismo considera a desigualdade como fator necessário à garantia da liberdade. Já o liberalismo defendia a liberdade dos mercados como a melhor forma de garantir direitos iguais a todos. Essa relação com a desigualdade pode ser analisada a

partir da história dos dois movimentos: o neoliberalismo surge como crítica a sistemas que tentavam proporcionar igualdade.

Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. (ANDERSON, 1995, p.10)

Essa ideia valoriza a meritocracia e coloca o sucesso e o fracasso como consequências do esforço individual. Já o liberalismo surgiu como crítica a um sistema desigual – o absolutismo, e tinha como princípio a liberdade política, de crença e econômica.

Com relação a regimes políticos, o liberalismo fazendo crítica a um sistema autoritário em sua origem, considera a democracia imprescindível para a emancipação humana.

O Estado liberal é o pressuposto não só histórico, mas também jurídico do Estado democrático. Estado liberal e Estado democrático são interdependentes em dois modos: na direção que vai do liberalismo à democracia, no sentido de que são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático, e na direção oposta que vai da democracia ao liberalismo, no sentido de que é necessário o poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais. Em outras palavras: é pouco provável que um estado não liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia e de outra parte é pouco provável que um estado não democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais. A prova histórica desta interdependência está no fato de que Estado liberal e Estado democrático, quando caem, caem juntos (VITULO & SCAVO apud BOBBIO, 2014, p. 1).

Na teoria neoliberal, existe:

Uma profunda suspeita com relação à democracia. A governança pelo regime da maioria é considerada uma ameaça potencial aos direitos individuais e as liberdades constitucionais. A democracia é julgada um luxo que só é possível em condições de relativa afluência, associado a uma forte presença da classe média para garantir a estabilidade política. Em consequência, os neoliberais tendem a favorecer a governança por especialistas e elites. (HARVEY, 2008, p. 77)

Na prática, temos como exemplo a experiência chilena onde as medidas neoliberais foram introduzidas junto com o sistema ditatorial imposto por Augusto Pinochet e apoiado pelas elites conservadoras. Quando não apoiados por uma ditadura, os poderes de um Estado democrático considerado parcial por ter que atender a interesses e ouvir reivindicações de vários setores da sociedade, são limitados pelo apoio neoliberal a instituições não democráticas como o banco central norte-americano e o FMI. Essas instituições estariam livres de pressões da sociedade e podem agir de acordo com interesses puramente econômicos.

Apesar de suas intenções iniciais visarem a recuperação do sistema capitalista e a liberdade, podemos perceber por inúmeros indicadores que o sistema neoliberal não conseguiu recuperar o capitalismo. A Inglaterra e os Estados Unidos não alcançaram os tão prometidos altos níveis de desempenho econômico nos anos 1980. O fim da inflação nesses países se deu à custa de altas taxas de desemprego (uma média de 7,5% nos Estados Unidos de Reagan e mais 10% na Inglaterra de Thatcher), cortes em benefícios sociais e em

despesas com infraestrutura. A cada crise pela qual o sistema passa, vemos a renda ser concentrada cada vez mais na mão de poucos (ANDERSON, 1995), o que confirma a caracterização do neoliberalismo por Harvey: um sistema que conserva o poder de uma classe específica.

3- NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

A partir do Consenso de Washington os países que ainda não tinham adotado as medidas neoliberais, passaram a tomá-las por imposição dos organismos internacionais. O Consenso que tinha como tema a América Latina, elogiava os resultados das medidas implementadas até então. Porém, é importante destacar que as medidas neoliberais na América Latina não se deram de maneira uniforme em todos os países.

Em 11 de setembro de 1973 iniciava-se uma ditadura no Chile com a justificativa de revigorar a economia chilena, implantavam-se as medidas neoliberais. Miguel Kast e José Piñera provenientes de famílias ricas e apoiadoras do golpe chileno eram “Chicago boys” e foram ministros de Pinochet. A implementação da ditadura Chilena trouxe a privatização da saúde, educação e outras duras reformas, provocando descontentamento e mortes. A forma repressiva com que o Estado tratou os movimentos contrários à implementação das reformas, prova como o neoliberalismo coloca os valores econômicos à frente da democracia e das liberdades de manifestação. Outro ponto importante é que a implantação das medidas neoliberais não foi capaz de fazer com que a economia chilena crescesse. Em 1975 e 1982, o país experimentou crises profundas, contradizendo o argumento de que as medidas neoliberais trariam crescimento econômico.

Portanto, o Chile não foi o primeiro país da América Latina a ter um regime ditatorial, porém foi a primeiro a instaurar esse regime para a implementação de medidas neoliberais. As outras experiências neoliberais na América Latina (Bolívia 1985, Argentina 1989, Venezuela 1989, Peru 1990 e Brasil 1990) não se deram em conjunto com a implementação de uma ditadura, mas as medidas implementadas em sua maioria foram as mesmas do Chile: desestatização de empresas e privatização de serviços e recursos.

Segundo Anderson:

Mas seria arriscado concluir que somente regimes autoritários podem impor com êxito políticas neoliberais na América Latina. A Bolívia, onde todos os governos eleitos depois de 1985, tanto de Paz Zamora, quanto de Sanchez Losada, continuaram com a mesma linha, está aí para comprovar o oposto. A lição que fica da longa experiência boliviana é esta: há um equivalente funcional ao trauma da ditadura militar como mecanismo para induzir democrática e não coercitivamente um povo a aceitar políticas neoliberais das mais drásticas. Este equivalente é a hiperinflação. Suas consequências são muito parecidas. (ANDERSON, 1995, p. 21)

Portanto, em casos onde o neoliberalismo não se deu de maneira autoritária, ele se instaurou como resposta para a melhoria da economia. Ao analisarmos as definições do Consenso de Washington, podemos notar que dos países da América Latina, Brasil e Peru foram os últimos a implantar as medidas neoliberais. “O Brasil passou a aderir ao neoliberalismo a partir do governo Collor (1990-1992) e principalmente a partir dos governos Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), sob o qual estamos vivendo”. (OLIVEIRA JUNIOR, 1999, p. 23)

As medidas adotadas no Brasil foram pós-ditadura e seguiram o receituário neoliberal como a venda de estatais (Vale do Rio Doce, Telebrás, entre outras), desregulação da economia, fim do protecionismo estatal, arrocho salarial, altas taxas de juros e priorização do pagamento de dívida externa, inclusive utilizando recursos destinados a saúde e educação.

Apesar de serem adotadas como resposta a possíveis dificuldades econômicas, e, em alguns casos utilizando-se da falácia da ineficiência dos serviços públicos, as medidas neoliberais se mostraram eficazes apenas para a concentração de renda. “No Brasil entre 1979-1986, os 10% mais ricos que tinham 22,6% da renda

nacional, subiram para 26%, enquanto que os 50% mais pobres caíram de 27,6% para 24,9% (Dieese, 1995) e de lá para cá a diferença só tem aumentado. ” (OLIVEIRA JUNIOR, 1999, p. 23)

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 10% da população concentrava 41,7% da renda per capita total do país em 2013. As medidas neoliberais também não impediram que o país vivenciasse crises econômicas. Para Harvey: “Na América Latina, por outro lado, atingida pela onda de neoliberalização forçada no começo dos anos 1980, o resultado foi em geral toda uma “década perdida” de estagnação econômica e perturbação política. (HARVEY, 2008, p. 98)

Muitos dos problemas econômicos que ocorreram na chamada “década perdida” foram atribuídos a fracassos desenvolvimentistas e a governos populistas com medidas classificadas como exageradamente protecionistas, porém é exatamente nessa época que se iniciam privatizações, desnacionalização de recursos nacionais, abertura da economia e cortes de despesas sociais per capita.

No Brasil, o processo de privatização de empresas e serviços tem se dado desde 1990 através da diminuição de gastos públicos com o setor causando sucateamento, ou com o argumento de ineficiência de empresas estatais, que, como já se tem conhecimento atualmente, rendiam muito mais que o divulgado. Em outros Estados da América Latina, como o Chile, além dessas medidas houve a privatização completa de serviços sociais como educação e saúde, porém no Brasil a situação se deu de forma diferente.

O desmonte do Estado no Brasil, na sua capacidade de financiar a educação e outros serviços, como a saúde, que são incompatíveis com a lógica do mercado e do lucro, não chegou a níveis tão perversos como, por exemplo na Argentina e no Chile, porque há forças sociais organizadas que se contrapõe. Como corolário do Estado mínimo este desmonte faz-se mediante diversos mecanismos. A apologia da esfera privada e da descentralização como mecanismos de democratização e de eficiência são os mais frequentes. Na prática, a descentralização tem se constituído num processo antidemocrático ao delegar a empresas (públicas ou privadas), à comunidade, aos Estados e aos municípios a manutenção da educação fundamental e média, sem que se “desentulhem” os mecanismos de financiamento mediante uma efetiva e democrática reforma tributária. (FRIGOTTO, 1997, p. 59)

No interior das instituições públicas como universidades, hospitais e empresas o desmonte se dá tanto através da diminuição do financiamento, quanto através da introdução de conceitos e exigências que, de forma gradual, criam uma mentalidade completamente conivente com as medidas neoliberais. Avaliação, produtividade e flexibilização, assim como qualidade e competitividade são exemplos de conceitos que se tornam cada vez mais comuns. As medidas neoliberais conseguem, portanto, serem vistas como únicas alternativas aos problemas econômicos a que se propõe resolver.

4- NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DE UMA NOVA SUBJETIVIDADE

A reformulação da economia no Brasil levou a reestruturações no sistema educacional com o objetivo de adequá-lo às exigências da economia neoliberal. Mesmo não existindo uma privatização completa do sistema educacional, como no Chile por exemplo, este tem sido transformado pelas medidas neoliberais. A precarização, a mercadificação e a defesa do discurso da excelência tornam-se cada vez mais presentes na educação brasileira, fazendo-a funcionar semelhante ao mercado.

As premissas neoliberais de ineficiência dos serviços públicos, de competitividade como um valor positivo e de qualidade como valor superior ao da democratização, tem feito com que a cada ano as instituições públicas de ensino percam cada vez mais alunos para o sistema privado. Os usuários desse sistema viram clientes de uma empresa que vende educação, oportunidades de ingresso na universidade e no mercado de trabalho. “A substituição, no campo educacional, do discurso da democratização pelo da qualidade é a expressão de certas opções políticas de cunho claramente conservador e de sentido reagente que hegemonomizam o cenário latino-americano contemporâneo.” (GENTILLI, 1997, p. 177)

As avaliações como a Prova Brasil, Provinha Brasil e Saeb são aplicadas aos alunos nas redes públicas brasileiras e são utilizadas para criação de rankings que separam as escolas “boas” das escolas “ruins”, sendo antes um instrumento apoiado no discurso da qualidade do que no da democratização.

O discurso da qualidade na educação começa a desenvolver-se nos anos 1980 e assume o mesmo significado que possui no campo industrial e de produção. Por possuir inúmeros significados, quando se fala em qualidade é difícil identificá-la como um possível problema. Medir a qualidade de algum serviço público era relacionar a quantidade de recursos públicos gastos com a quantidade de alunos, nível salarial dos professores e estruturas existentes, quanto mais recursos gastos melhor o serviço. Atualmente, ao se transformar num termo com significado neoliberal, passou a significar o quanto de recursos se economiza para se obter o máximo de resultados positivos. Esse novo significado não tem como objetivo a satisfação daquele que estuda e sim a competitividade que esses resultados adquirem no mercado. Isso explica a contradição entre o slogan “Brasil, Pátria Educadora” e as medidas tomadas pelo Estado.

Nas universidades, apesar do sistema privado estar crescendo a cada ano (em grande parte pelo financiamento do Estado em programas como PROUNI e FIES), as federais continuam sendo as melhores na maioria dos rankings. Os altos investimentos do Estado no incentivo ao ensino superior contradizem o argumento neoliberal de não intervencionismo estatal pois, os investimentos para ampliação e acesso ao ensino superior, principalmente em parceria com o setor privado estão diretamente ligados a uma necessidade do mercado. A maioria das instituições privadas de ensino superior não tem como objetivo o incentivo a pesquisa e muito menos a extensão e a inovação.

A universidade brasileira perdeu sua autonomia. Acha-se ela, hoje, submetida a mecanismos de avaliação cujos experts raramente são os melhores cientistas e intelectuais de suas próprias especialidades ou, em raros casos, do exterior. Mecanismos frios, cuja eficácia duvidosa nos impõe, além do ritual de nossas instituições, os ritmos ciclômicos das múltiplas burocracias federais e uma série de exigências, normas, portarias, relatórios, reuniões que secam a imaginação científico-cultural no próprio berço. (MOTA, 2011, p. 309)

O ensino superior no Brasil é um sistema educacional que, se comparado a outros países, pode ser considerado recente. A Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, data de 1934.

No decreto de fundação da USP (decreto nº 6.283/34) são definidas suas finalidades. Estas seriam: “a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos da cultura, bem como técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e artes por meio de cursos sintéticos, conferências e palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres.” (DECRETO nº 6.283/34 apud FÁVERO, 2008, p. 24)

Essas finalidades, além de serem voltadas à formação de profissionais, colocam a pesquisa e a transmissão de conhecimento (extensão) como prioridades, enfatizando sua importância para o desenvolvimento do país e retirando-as em parte do papel de bem cultural acessível apenas a minorias. Porém, observando as reformas ocorridas no sistema nota-se como esse processo foi sempre influenciado pelas questões políticas

(Estado Novo, AI5) limitando o desenvolvimento pleno dessas finalidades, criando um espaço exclusivo a elites e adequando-o às necessidades e interesses de instituições e governos específicos. Mesmo enfrentando a resistência de mobilizações estudantis e movimentos sociais, esses processos não permitiram a consolidação de uma estrutura com prioridades e autonomia definidos.

Em 1968 foi eleito um grupo de trabalho para discutir as reformas implantadas no sistema. Segundo o relatório desse grupo a universidade brasileira

[...] ainda se revela inadequada para atender às necessidades do processo de desenvolvimento, que se intensificou na década de 1950, e se conserva inadaptada às mudanças dele decorrentes". A respeito da expansão das instituições de ensino superior, ressalta-se que ela ocorre "por simples multiplicação de unidades, em vez de desdobramentos orgânicos". Complementando: "A universidade se expandiu, mas, em seu cerne, permanece a mesma estrutura anacrônica a enterrar o processo de desenvolvimento e os germes da inovação" (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, 1968, p. 19). E acrescenta: "podemos dizer que o sistema, como um todo, não está aparelhado para cultivar a investigação científica e tecnológica" (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, 1968, p.20), pois, "(...) mantendo a rigidez de seus quadros e as formas acadêmicas tradicionais, faltou-lhe a flexibilidade necessária para oferecer produto universitário amplamente diversificado e capaz de satisfazer às solicitações de um mercado de trabalho cada vez mais diferenciado" (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, 1968). (FÁVERO, 2006, p.32)

Entre os anos 1980 e 1990, quando as medidas neoliberais passam a fazer parte da economia brasileira, e a competitividade internacional torna-se uma prioridade, a educação superior volta ao foco e surgem várias propostas para sua reformulação. Uma economia aberta às novas tecnologias e ao capital necessita de trabalhadores capacitados. Portanto, as medidas neoliberais são instituídas nas Universidades no governo Fernando Henrique Cardoso visando a formação de mão de obra qualificada. O acesso e ampliação do sistema só passam a ter destaque a partir do governo Lula (2003-2011). Programas como REUNI, FIES e PROUNI são criados e ampliados desde então.

A Universidade Brasileira estará de fato morta? Que foi feito, no Brasil, da ideia de Universidade? Engavetados os projetos de "universidade liberal, de "universidade popular", de "universidade de trabalho"; de "universidade crítica" e de universidade aberta", sobrou o vencedor, trágico projeto de universidade corporativista. (MOTA, 2011, p. 269)

Atualmente a universidade brasileira se encontra burocratizada e sem autonomia. Tornando-se um espaço voltado, em quase sua totalidade ao mercado de trabalho em detrimento da pesquisa científica, do desenvolvimento do pensamento crítico e da produção de ideias e soluções para a sociedade. Se o debate para propor um projeto de universidade nunca se efetivou, a ideia de autonomia na Instituição tem sido cada vez mais abandonada. Os organismos de financiamento e a iniciativa privada ditam o que deve ser a universidade, o que deve fazer e como deve formar aqueles que nela ingressam. Pensadores como Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e Florestan Fernandes discutiram projetos de universidade que nunca se concretizaram, e os movimentos atuais de resistência a essas imposições apenas tentam resistir sem espaço para propor um projeto de universidade baseado em suas reais necessidades.

O processo de educar, em todas as épocas consistiu em passar adiante valores e práticas importantes para o conhecimento de cultura geral e das práticas sociais vigentes. Portanto, pelo papel que o trabalho tem em nossas vidas, uma educação democrática não pode desconsiderá-lo. A questão é a forma com que a ideologia neoliberal mercantiliza essa esfera, tornando-a uma preparação para o trabalho que funciona a partir da lógica de mercado e desconsidera as outras dimensões igualmente importantes como a cidadania, a arte e a vida.

As instituições de ensino têm atuado a partir do discurso da excelência definida pela relação entre qualidade e competitividade. A qualidade é definida pelo máximo de aprovações que se pode chegar com o mínimo de investimento, quanto menor os gastos, mas competitivo. Poucos investimentos têm gerado a precarização, que apesar de ter vivenciado seu auge durante o governo Fernando Henrique Cardoso, atualmente tem se mostrado através de terceirizações e das condições de trabalho a que os professores estão sujeitos.

A competitividade é mostrada principalmente através dos rankings. Existem rankings sobre as melhores universidades do mundo, da América Latina e do Brasil. Esses rankings são baseados em números de alunos formados, números de publicações, número de prêmios e citações em publicações etc. Esses critérios, além de contestáveis alimentam um dos princípios neoliberais de maior efeito na universidade: a produtividade ou o produtivismo.

O discurso da produtividade atinge a Universidade de maneira mais homogênea do que o da precarização e da competitividade. Ele sai da esfera institucional e penetra as relações entre aluno e professor, entre o aluno e o curso. Nas áreas onde a qualidade enfrenta mais resistência e dificuldade em ser medida, como nos cursos de ciências humanas, ele se introduz através das agências de financiamento e se torna parte da subjetividade de alunos e professores.

Em um projeto econômico imediatista, que se adequa aos quatro anos de mandato de cada partido, cursos que formam professores e profissionais ligados a cultura e a política são desvalorizados em detrimento de cursos universitários e técnicos voltados a tecnologia. Cursos como engenharia e cursos voltados à iniciativa privada têm, atualmente, o mesmo prestígio que os cursos de medicina e direito tinham no Brasil imperial sob o argumento de que teriam maior utilidade para o mercado e a competitividade do Brasil no exterior.

O produtivismo ultrapassaria o princípio de utilidade neoliberal, sendo a forma com que agências como a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES²) deliberam sobre a destinação de recursos.

Portanto, que se revejam o papel, os critérios e os mecanismos de hiperburocrática coordenadoria de aperfeiçoamento pessoal (Capes) e de outras agências de fomento, utilizadas intempestivamente como referencial externo e absoluto para uma instituição muitíssimo mais antiga, produtiva e útil do que elas: a universidade. (MOTA, 2011, p. 309)

A CAPES para a concessão de recursos para pesquisa, se utiliza de um termo de concessão e apoio a projeto que, em quase sua totalidade trata de custos e não da importância do projeto a ser realizado. Com suas contrapartidas baseadas em relatórios e em quantidade de citações feitas a instituição torna-se muito mais burocrática do que incentivadora de inovações, tecnologias e soluções. Essa postura acarreta uma profusão de periódicos e pesquisas que despendem uma quantidade alta de recursos e produzem trabalhos sem credibilidade. Ao invés de criar a partir das bases de conhecimento que a universidade dá, os estudantes são estimulados a citar, a reproduzir aquilo que já é conhecido. E, mais uma vez, isso acaba sendo muito mais problemático nas ciências humanas que acabam abrindo mão de seu espaço crítico e se tornam incapazes de propor soluções para os problemas políticos e sociais que enfrentamos.

A maior parte do tempo dentro da universidade é gasta com burocracia do pior tipo, sobretudo com atendimento a critérios de produção de uma burocracia vesga, que aplica no Brasil o que

² A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Em 2007, passou também a atuar na formação de professores da educação básica ampliando o alcance de suas ações na formação de pessoal qualificado no Brasil e no exterior. As atividades da Capes podem ser agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas: avaliação da pós-graduação stricto sensu; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional; indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

aprendeu – e aprendeu mal – nas agências de financiamento sediadas nos Estados Unidos. (MOTA, 2011, p. 309)

Aos alunos inseridos no ambiente universitário só restam duas possibilidades: adequação ou desconforto. Ou se interioriza a universidade como etapa, como trabalho e com um objetivo definido que é ter um diploma, se sujeitando a esses mesmos princípios sem motivação, ou se abandona o ensino superior e sente-se o peso do julgamento da sociedade, que no Brasil ainda vê o ensino superior mais como um status do que como espaço de ideias. O estudante é alienado do fruto de seu estudo. Não se reconhece nele e nem naquilo que ele gera. Não o vê como algo produzido em si e para si. “O trabalho como trabalho alienado, é uma separação de nós de nós mesmos, um rasgo entre nós e nossa atividade”. (HOLLOWAY, 2008, p. 88)

A alienação, conceito fundamental da crítica marxista ao trabalho no sistema capitalista, se aplica ao neoliberalismo e à mercadificação do campo educacional promovida por ele. Um exemplo disso são os trabalhos de extensão realizados pelas universidades como o Projeto de Iniciação à Docência (PIBID), que tem sofrido cortes de orçamento e de vagas correndo o risco de acabar futuramente. Os projetos de extensão são trabalhos realizados com a finalidade de beneficiar a sociedade com os conhecimentos produzidos dentro da universidade. Este tem sido considerado cada vez menos importante na comunidade universitária, e a própria sociedade não o enxerga como um direito, ignorando seus resultados e soluções. A extensão não é lucrativa, tornando-a ainda menos competitiva e fazendo com que poucos projetos que propõem a recém-formados prestação de serviços à sociedade sejam mal vistos.

Ao mesmo tempo que presenciamos a firme transformação de qual conhecimento será convertido em capital na Universidade – a complexa conversão de capital cultural em capital econômico – existem coisas similares ocorrendo em outros níveis de nossas instituições educacionais. Essas coisas podem ter efeitos importantes sobre nossos estudantes. Entre as mais importantes está a questão de saber se uma grande parte de nossos futuros estudantes em instituições de ensino superior verá qualquer coisa de errada com a mercantilização do conhecimento para benefício privado. Trata-se de uma questão complexa, envolvendo a formação de subjetividades dos estudantes. (APPLE, 1997, p. 198)

O neoliberalismo é uma ideologia que tem como objetivo não só as medidas políticas e econômicas baseadas em seus princípios, como também a transformação da subjetividade dos indivíduos. Compreendendo subjetividade como os valores e crenças individuais que moldam as práticas individuais, formar uma nova subjetividade pode ser definido como impor novas crenças e valores baseados em interesses específicos.

A construção de uma nova subjetividade no neoliberalismo se dá através da redefinição do papel do Estado, inicialmente imposta ao mundo do trabalho e que tem na educação o estágio mais alto dessa imposição. Se apoia também nos discursos amplamente divulgados pela mídia e por políticos e economistas neoliberais, que assumem o status de autoridade em uma sociedade que não se reconhece como coletividade e não vê o espaço e os serviços públicos como direitos. A subjetividade neoliberal necessita do individualismo e do conservadorismo para que valores como a competitividade vingam. A precarização dos recursos investidos nos serviços públicos os esvazia e a politicagem vivenciada atualmente no Brasil, que coloca os valores de mercado acima das necessidades da sociedade, desmobiliza e cria inércia diante dos processos políticos. Esse processo tem se dado de maneira violenta, tanto imposto por governos autoritários, quanto por medidas autoritárias tomadas por governos democraticamente eleitos.

No Brasil, a construção dessa subjetividade se apoia na falha da implementação de um Estado de Bem-Estar Social e na subjetividade construída por 21 anos de regime autoritário, conservador e desenvolvimentista. Por mais que existam resistências a essa nova subjetividade, com propostas coletivistas e de ocupação dos espaços públicos, a ideologia neoliberal defensora do individualismo e das desigualdades que ocasionam a insegurança pública as torna vazias. Pressionado pelos órgãos financiadores de seus déficits públicos, o Estado transforma as demandas do mercado em projetos e em leis e apoia uma educação que o favoreça.

Portanto, a ideologia neoliberal transforma as relações de produção e conseqüentemente as relações sociais de forma tão profunda, que soluções pensadas fora do diálogo com as medidas instituídas são classificadas como utopia. Os movimentos de resistência à precarização da universidade assim como ao produtivismo estão atualmente negociando o mínimo, sem tempo e espaço para propor medidas baseadas nas necessidades reais, e menos ainda um projeto de Universidade. Os movimentos docentes têm se mostrado muitas vezes impotente, tendo visibilidade apenas em situações de greve, e a mobilização se dá mais pelo voto contrário do que pela vontade de participação. Os movimentos estudantis, ao invés de lutarem pelas demandas dos alunos e das instituições de ensino, têm se tornado um lugar para o início de carreiras políticas e pautas partidárias estreitas. Nas salas de aulas, por sua vez, essas duas vias de manifestação são ignoradas e a preocupação com o mercado de trabalho se torna cada vez mais hegemônica.

5- CONCLUSÃO

Portanto a proposta do slogan “Brasil, Pátria Educadora” se baseia na construção e na reformulação de termos a através da perspectiva neoliberal. Reestruturações como forma de obter maior qualidade e competitividade, por sua vez, têm como objetivo a redução de custos, e não a democratização, o acesso a oportunidades e ao conhecimento. As manifestações sociais de 2013, ao se basearem em pautas generalistas e vazias de propostas concretas, além de condenarem movimentos sociais tradicionais, não atingiram um consenso sobre o que significa pedir por mais educação. Os cortes de gastos com o setor têm sido cada vez maiores e a mobilização pela pauta é apenas de professores e alunos que sofrem com a repressão policial e a criminalização pela sociedade.

As medidas neoliberais são sempre impostas de forma autoritária tanto por ditaduras, quanto nas democracias através da destruição de sindicatos, de postos de trabalho e de segurança para a sociedade. A ideologia neoliberal na educação faz com que atualmente se eduque para o conformismo. Os projetos educacionais não são sólidos e visando benefícios a longo prazo. A formação da subjetividade neoliberal também acontece de forma perversa, através de sucateamento das instituições de ensino, precarização, terceirizações e privatizações. Atualmente, uma das maiores esperanças de fonte de recursos para educação, o petróleo encontrado no pré-sal, corre o risco de ser entregue à iniciativa privada sem nenhuma mobilização contrária efetiva da sociedade. Isso comprova que o individualismo e a retirada do Estado do debate com a esfera pública têm aberto espaço para a despolitização, para iniciativas de organizações não governamentais antidemocráticas que servem como paliativos a problemas estruturais e para mercadificação de esferas e recursos fundamentais a soberania do país.

A educação voltada para a técnica e a competitividade não ensinam cidadania, mas a transformam segundo objetivos neoliberais, educando para a crença numa meritocracia, no esforço individual e na liberdade obtida através da suposta “capacidade de escolha” (dentro de um horizonte limitado) do que podemos consumir. Portanto tem-se aqui um ciclo: medidas impostas constroem as burocracias, as burocracias passam a moldar as relações e as relações moldam as consciências. Nesse panorama, e apesar das dificuldades, é necessário que aqueles que têm como profissão educar, coloquem a formação de cidadãos como uma prioridade. A consciência sobre direitos e deveres, assim como a importância do conhecimento e da participação política, que estão muito além de votos a cada quatro anos, são importantes para que se encontrem soluções concretas para os problemas causados pela economia neoliberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANDERSON, /Perry. /"Balanço do neoliberalismo". /In: SADER, /Emir/ e /GENTILI, /Pablo (Orgs). /Pós-neoliberalismo: /as políticas sociais e o Estado democrático. /Rio de Janeiro: /Paz e Terra, /1995.

APPLE, /Michael. /O que os pós-modernistas esquecem:/capital cultural e conhecimento oficial./ In:/ GENTILI, /Pablo;/ SILVA, /Tomaz Tadeu da (Orgs)./ Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação./ 5./ed./Petrópolis:/ Editora Vozes,/1994

FÁVERO, /Maria de Lourdes de Albuquerque./ A Universidade no Brasil:/ das origens a reforma Universitária de 1968./ Curitiba, _PR, n. 28, p.17-36. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>/ Acesso em: 12 dez. 2016

FRIGOTTO, /Gaudêncio./ Educação e formação humana:/ ajuste neoconservador e alternativa democrática./ In:/ GENTILI, /Pablo;/ SILVA, /Tomaz Tadeu da (Orgs)./ Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação./ 5./ed./Petrópolis:/ Editora Vozes,/1994

GENTILI, /Pablo./ O discurso da "qualidade como nova retórica conservadora educacional./ In:/ GENTILI, /Pablo;/ SILVA, /Tomaz Tadeu da (Orgs)./ Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação./ 5./ed./Petrópolis:/ Editora Vozes,/1994

HARVEY, /David. /O neoliberalismo: /história e implicações. /São Paulo: /Edições Loyola, /2008.

HOLLOWAY, /John./ Fissurar o capitalismo./ São Paulo:/ Publisher Brasil,/ 2003. p. 107-156

JUNIOR, /Osmar Oliveira./ Neoliberalismo educação e emprego/ Juiz de Fora:/ Editora UFJF,/1999

MARTINS, /André Silva. / A Direita para o social:/ a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo./ Os fundamentos do projeto neoliberal:/formulações para educar a sociabilidade/ Juiz de Fora:/ Editora UFJF,/ 2009. p./33-58

MOTA, /Carlos Guilherme./ Educação Contraideologia e Cultura:/ desafios e perspectivas./São Paulo:/ Globo,/2011. p. 269-322

SOARES, /Laura Tavares. /Os custos sociais do ajuste neoliberal na America Latina. /São Paulo: /Cortez Editora, /2002.

VITULLO, /Gabriel;/ SCAVO, /Davide./ O liberalismo e a definição Bobbiana de democracia:/ elementos para uma análise crítica./ Brasília, _DF, n.13, p.89-105, janeiro/abril. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n13/a04n13.pdf>/ Acesso em:/ 17 fev. /2016